

Disciplinas da investigação

Luiz Costa Pereira Junior¹

Resumo: Originalmente, a conferência “Língua e Jornalismo”, proferida pelo autor no *XVI Seminário Internacional: Filosofia e Educação*, Cemoroc-Feusp, em 29 de Janeiro de 2015. O artigo discute a lógica da investigação científica e a lógica da investigação jornalística e seus conflitos internos.

Palavras Chave: investigação científica. investigação jornalística. paradigmas.

Abstract: Originally a lecture – “Language and Journalism” – in the *XVI Seminário Internacional: Filosofia e Educação*, Cemoroc-Feusp, January 29, 2015. The paper discusses the logic of scientific investigation and the logic of journalistic investigation and their inner conflicts.

Keywords: scientific investigation. journalistic investigation. paradigms.

Ciência, jornalismo, filosofia, literatura – e operações como a Lava Jato mostram que até o direito, não só polícia – todas são disciplinas da investigação. Claro que cada uma dá tratamento diferente à investigação em seus procedimentos.

A ciência, por exemplo, precisa encontrar o melhor caminho para a descoberta. Busca uma espécie de mapa que evite com que siga rotas que podem dar em becos sem saída. Rotas que não levem a erros ou coincidam com dogmas irracionais ou qualquer barca furada intelectual.

Não por acaso, o cientista é um ser por natureza preocupado e tenso, diria até neurótico. Pois, por princípio, deve ser alguém constantemente atento a qualquer indício de velhos arranjos de raciocínio que a história de sua especialidade demonstrou levarem a antinomias, equívocos, anacronismos, a contradições e deturpações. Enfim, ele tenta evitar que se lide de forma involuntariamente injusta com um objeto de pesquisa.

O cientista, por isso, é muito cioso com as questões de método. Com o rigor, os fundamentos de sua disciplina e as teorias que permitam a ele levar a cabo a experiência a que se propõe. Ele é atento à coerência da estrutura de pensamento que garante a possibilidade de afirmar algo com convicção. Pois se é possível detectar qualquer coisa de incoerente com parte, mesmo que mínima, do raciocínio, isso pode significar que toda a sua teoria pode estar errada.

Por isso, a ciência tradicional busca equilíbrio entre rigor e descoberta. Ela se preocupa em chegar a conclusões sobre a realidade, uma verdade mesmo provisória sobre os fenômenos (e este talvez nem seja seu maior paradoxo!).

A tradição investigativa do jornalismo não é a da ciência. Não é tampouco a da ficção narrativa, que coloca a imaginação como protagonista da investigação. A literatura pergunta, por exemplo, se alguém seria capaz de descarregar um revólver numa pessoa apenas movida por uma sensação insuportável de calor, a arma esquentando a calça, o sol a pino e o suor pela testa. A literatura pode investigar que tipo de situação e pessoa tornaria admissível uma cena dessas e *O estrangeiro*, de Camus, nos prepara para a constatação de que matar por tais motivos é não só admissível como perfeitamente razoável – ao menos, saí do livro certo de que, nas mesmas condições, agiria como agiu Mersault.

¹. Doutor em Educação Feusp. Editor da revista *Língua Portuguesa*.

A tradição da investigação no jornalismo é outra. É a jurídica: a verdade é a versão sustentável, a que encontrou mais evidências, não é um fato inexorável. O que distingue o relato jornalístico é o princípio segundo o qual cada afirmação está sustentada por informação verificada, de preferência, em mais de uma fonte. Deve-se apurar cada contradição entre as fontes até que a incongruência de versões seja descartada e reste só um relato em que se possa confiar. Dar sentido a fatos é buscar tal “unidade”, testar tudo até não sobrar incongruências.

Vejam as consequências de tal modo de investigar. Se esvazio a complexidade das afirmações que faço, mais chance tenho de obter quem concorde comigo, correto? Quanto mais uma proposição for tornada simples em seus elementos, direta e traduzível em senso comum, mais ela poderá ser confirmada por diferentes fontes consultadas, porque mais coisas em comum encontraremos entre os intérpretes daquela afirmação.

Quando falo em “simples” não me refiro ao simplório, mas à qualidade de ser “simples”, que o filósofo Jean Lauand, da USP, lembra ser o exercício de uma visão límpida da realidade, tal como encontrado no Cristo de Mateus (Mt, 6, 22): “Se o teu olho for simples, todo teu corpo estará na luz”. O que chamo aqui de “simples” no jornalismo é a tentativa de ter essa visão o mais límpida possível para encontrar um denominador comum, seja para o consumidor da notícia concordar ou discordar dele.

Esse tipo de problema é algo que pouco atormentaria a ciência ou a filosofia. Jean Lauand costuma dizer que cada ciência estuda seu objeto de um ponto de vista: dirige-se a um aspecto e todo o resto simplesmente não lhe interessa. Assim, a realidade “homem” é estudada por diferentes ciências sob ângulos distintos: um enfoque é da medicina, outro é da psicologia, da sociologia, etc. O objeto de estudo e esse ponto de vista condicionam a metodologia: de que servem, pergunta Jean, a observação participante para o matemático ou os teoremas do matemático para o historiador? O objeto induz o método e o instrumental de cada ciência: é pelo seu objeto que a astronomia usa telescópio, não microscópio, e a física requer laboratório, mas matemática, não.

A investigação filosófica é de outra natureza. Não é mais complexa, mas introduz nova ordem. Pois não tem a operacionalidade metodológica da ciência. Indaga pelo todo com que um dado objeto se relaciona e esse todo não é alcançável por um método que exige medida, teste e precisão, como a ciência. Não interessa ao filósofo apenas entender a mecânica linguística de um fenômeno chamado “voz verbal”, mas como, pelo entendimento das vozes verbais, eu alcanço o todo chamado “ser humano”.

Elefantíase do método científico

O antropólogo português Paulo Granjo dá conta de que, na década de 1990, um magnata norte-americano teria tido a iniciativa de contratar cientistas sociais e da área de humanas para estudarem os problemas de sua empresa. Granjo não nos identifica o tal magnata, nem esclarece as circunstâncias que o teriam feito preferir sociólogos, antropólogos e filósofos a economistas, administradores e marqueteiros. Talvez quisesse um olhar mais holístico sobre problemas que os dados frios dos relatórios para acionistas não respondem.

O fato é que logo desistiu deles. Talvez cientistas não sejam mesmo talhados para uma atuação que exija resultados funcionais, como requer o ambiente corporativo. O que interessa, no entanto, é a alegação que Granjo garante ter sido dada pelo tal magnata para parar de contratá-los.

O empresário afirmara, não sei se a sério ou na base da piada, que, com o tempo, já lhe bastava conhecer a universidade em que estudara o acadêmico para saber qual tipo de problemas ele diagnosticaria na empresa, quais explicações daria para a existência deles e quais soluções proporia.

O conjunto de teorias que o cientista foi ensinado a aplicar, ele tendia a aplicá-lo no estudo de qualquer objeto. A teoria tinha “papel diretor” em seus trabalhos. Evidentemente, tal papel nunca foi instituído como dogma em nenhuma disciplina. Mas, se distraídos estivermos, pode determinar aquilo a que se dá atenção e as conclusões a que se chega, sem que a própria pesquisa acrescente algo de novo.

Não sei se o relato de Granjo é genuíno. Gosto de pensar que é fábula. Mas sabemos todos que não há nada mais constrangedor do que estruturar pesquisas só para poder citar autores que nos são vitais, sem necessariamente ir além do horizonte já dado por teorias definidas antes do contato de campo. No jornalismo, é o mesmo que sair para fazer uma reportagem com o título pré-fabricado, um erro que muita gente na imprensa comete. Do mesmo modo, não é incomum ler *papers* acadêmicos que se limitam a fazer uma varredura da literatura especializada e, no momento de apresentar suas descobertas, vemos que o ponto de chegada deveria ser de fato o ponto de partida, não a conclusão.

Gostamos de achar os cientistas sabem por experiência própria que observação e coleta de dados não são neutras, e farão de tudo para usar a teoria sem limitar a sua capacidade de descobrir coisas novas. Sabemos do risco que é, na ausência de teorias explícitas, outras implícitas ocuparem o lugar. Paulo Granjo pergunta, então, como evitar que nossas conclusões dependam mais da teoria com a qual olhamos o terreno do que do próprio terreno.

Uma resposta óbvia seria a do caminho clássico: antes de ir a campo, definir de forma rigorosa a questão que se vai estudar, as hipóteses que poderão nos dar resposta e o quadro teórico que nos guiará. Outra resposta tão óbvia quanto é fazer tudo isso equilibrando simultaneamente rigor e descoberta. Dando atenção redobrada para a descoberta e a clarificação do objeto a estudar, numa progressiva delimitação daquilo que é pertinente nele, e enquanto fazemos isso temos o olho no retrovisor para pensar as técnicas, os processos de interpretação e os enquadramentos teóricos, delimitando de que forma é mais pertinente apreender e analisar aquilo que se revela pertinente no objeto.

Todas essas respostas são óbvias e rotineiras para o cientista, mas não são simples. É fácil aconselhar que fiquemos permanentemente de olho para evitar que o método tome o lugar da descoberta em nossas pesquisas. Ocorre que a própria ciência começou a ser contestada em seus métodos.

A crise do paradigma da ciência

Aprendemos nos bancos escolares, em livros de referência e laboratórios da vida que teorias são confirmadas pelos dados da experiência. Essa é uma imagem realista da ciência. As teorias seriam representações exatas da estrutura ontológica da realidade. Confrontar uma teoria ao fenômeno deve permitir proposições concludentes, até prova em contrário. A ciência caminharia em progresso constante, uma conquista levando à próxima.

A segunda metade do século XX tumultuou esse panorama. Karl Popper, por exemplo, teve uma visão antirrealista da ciência, a de que os fatos estão impregnados de teoria. A base empírica pode ser já convenção. A experiência pode ser fruto do tipo de conversação reinante. Na prática, você nunca consegue confirmar teorias, só refutá-

las. A teoria que resiste ao teste é, no máximo, confirmada provisoriamente pela experiência. Falseada pela experiência, a teoria não deve ser salva. Pois a objetividade científica é um mito.

Thomas Kuhn se encarregou de tumultuar ainda mais o ambiente. Pois comprovou que não há linguagem técnica neutra que permita a comparação de teorias. Na escolha entre teorias rivais entram em jogo interesses locais, comunitários, pessoais até. A persuasão é tão importante quanto o experimento.

Richard Rorty conta uma história que ilustra esse ponto. Um físico vai a colegas dizendo ter evidências empíricas do contato com um unicórnio. Como o consenso em sua comunidade é que unicórnios são do horizonte da mitologia, não do empírico, ele será ridicularizado ou terá dificuldade para ter sua experiência aceita como válida, por mais evidências empíricas que apresente. A experiência pesa tanto quanto o consenso reinante entre pesquisadores.

Kuhn demonstrou que cientistas não revelam a natureza das coisas, seria mais preciso dizer que apresentam soluções, resolvem enigmas e assumem concordâncias transitórias. Para ele, toda ciência teria um mesmo percurso (de atividade desorganizada no início a ciência estabelecida e, em seguida, à crise, à ciência revisada e à revolução científica, ao que surge novo período de ciência estabelecida, com reinício do ciclo). Tal percurso promove flutuações do paradigma (conjunto de suposições teóricas e realizações exemplares, que guiam a atividade). Ou terremotos, como Einstein fez com a física newtoniana.

O paradigma é um consenso de uma dada comunidade, um acordo intersubjetivo, não a promessa de validade universal. A consequência dessa constatação, dirá Rorty, é uma guerra entre visões de mundo, entre quem acredita que há um sentido para a vida, um significado global que devemos escavar na essência do mundo, e quem percebe só pequenos significados transitórios, construídos com a certeza de que serão algum dia abandonados, significados incorporados no passado e por vezes ainda determinantes de práticas humanas, usados no automático, por terem sobrevivido à sua utilidade. Quem procura a essência de seu objeto de investigação, nunca a encontrará.

Muitos ficaram impactados pelos escritos de Kuhn e Rorty. Houve até quem sugerisse que deveríamos encarar a investigação na ciência como na literatura: há histórias boas e bons personagens que não correspondem à realidade (e tipos ruins inspirados em pessoas reais). Do mesmo modo, podemos ter teorias boas que simplesmente não correspondam ao real. A visão do átomo circundado pelos elétrons como um sistema solar é uma teoria que a física fez caducar, mas tem força em nossas vidas (inspira até a cultura pop, do filme *Teoria de Tudo* ao desenho animado *Jimmy Neutron*).

E a coisa só se complica para os cientistas. Participei há pouco de mesa-redonda em Lisboa, em um congresso internacional de ciências sociais e humanas luso-afro-brasileiro. Lá, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, da USP, chamou atenção para um movimento recente no seio da ciência, o de incorporar o conhecimento tradicional na investigação científica.

Ela citou indústrias alimentares acostumadas a estimular a variedade agrícola mais rentável, em detrimento de outras variedades. Mas o plantio da mandioca no Rio Negro é exemplo de que a variedade é o que garante que algumas subsistam, outras não. A seleção e exclusão das menos rentáveis tem, a longo prazo, impacto na qualidade da variedade de mandioca privilegiada.

Ora, em tribos do norte do Amazonas a exogamia (casamento entre pessoas de grupos linguísticos distintos) define a diversidade alimentar. Quando uma mulher

piratapuia casa com um índio tucano e vai morar na aldeia do marido, a mãe lhe dá como legado as variedades de mandioca de sua tribo.

As mulheres da região são muito orgulhosas de suas roças. Ter muitas variedades de mandiocas é sinal de prestígio social. Pois elas trocam tipos de mandiocas com as outras mulheres que encontram no novo lar. O conhecimento das propriedades de cada tipo ajuda, por exemplo, a evitar pragas nas colheitas.

Nessa época de ficção científica, em que recursos naturais tão fartos no passado brasileiro se tornam escassos, a noção de desenvolvimento precisa incluir a de sustentabilidade. Para Manuela Carneiro, isso implica inserir a ideia de diversidade na investigação. Pois o conhecimento tradicional é fruto de um tipo de investigação que não é a do realismo científico.

A crise de paradigma do jornalismo

Assim como a ciência já passou por isso, o jornalismo, hoje, vive o ocaso do paradigma realista.

Para teorizações instrumentalistas sobre a imprensa, a notícia seria retrato da realidade. Mas não vemos “a” realidade quando lemos um texto, navegamos a internet, vemos a TV, ouvimos o rádio. Com a matéria jornalística ficamos diante de uma certa forma de contar os fatos – o que significa que eles passaram a dançar conforme o ato de contá-los.

Ninguém gasta duas horas para narrar a um amigo a história de um filme (seria preferível ver o próprio). Assim é com qualquer incidente que contamos a alguém. Em geral, resumimos os eventos, enfatizamos trechos vitais, mudamos a cronologia. Expor o acontecido significa escolher episódios, aproximar eventos dispersos, privilegiar um incidente em lugar do outro.

Unidade primordial da informação, a notícia encurta trechos expositivos, estica outros, relembra episódios correlatos ou suprime momentos inteiros, sem dó nem piedade. Tudo para que a história caiba no espaço destinado a ela, seja feita no prazo desejado e o público assimile o que lhe é contado, sem ruídos.

Se um acontecimento vira a imagem-semelhança de quem o narra, se há tantos fatos quanto jornalistas para contá-los, se o real é na verdade discurso, então o próprio significado do termo “acontecimento” muda de figura.

Na prática, o real nos escapa, é fugidio, disperso, gelatinoso. Movimentos de observação e registro tentam domá-lo, mas a adaptação nunca é total. Uma “tela” delimita nosso olhar sobre o real, num dado enquadramento e, se alguns incidentes não se encaixam nesse quadro geral, são descartados.

O pesquisador francês Maurice Mouillaud exemplifica isso analisando as transmissões de futebol. Ninguém num estádio seria de fato capaz de captar uma partida da cadeira de espectador, do sofá do telespectador, do posto de comentarista ou do banco de reservas. Para o jogo ser resgatado em sua plenitude, seria necessário fisgar, de uma só vez, uma quantidade imensa de relações que escapam do controle e fogem de foco.

O foco no jogador com a bola ofuscaria nossa atenção para o movimento de seus colegas em outros pontos do campo; o apito do juiz se isola diante de fatos simultâneos; situações tensas na partida escapam porque a atenção pode ter sido tomada pela gesticulação de um técnico irritado. A partida em sua totalidade só será possível se fragmentada em cenas parciais. Ao ter seus fragmentos reunidos numa dada ordem, ganham sentido. Que seria outro se a ordenação dos fragmentos fosse

diferente. Os acontecimentos são, assim, produtos de estratégias. Aquilo que se considera como o real começa a virar “fato” ao ser “enquadrado” por certas convenções e procedimentos.

Chegar aqui e dizer que toda notícia não transporta a realidade – ela é a própria – parece um atestado de falência da investigação no jornalismo. Se o fato jornalístico tem validade, mas não é natural (como na ciência) nem é imaginário (como na ficção), outra âncora tem de ser convocada. O jornalista precisa não apenas relatar os fatos, mas mostrar que seu relato é confiável. A história dos erros da imprensa, que são muitos e cotidianos, quase sempre é o de relatar fatos sem mostrar evidências para confiarmos no relato.

O jornalista José Arbex costuma dizer que o acontecimento jornalístico não é mero produto da imaginação porque nunca se trabalha sobre o desconhecido total. A notícia é resultado de uma cadeia materializável de eventos, possível de ser rastreada. O trabalho jornalístico é o de explicar o encadeamento de eventos que produziu o fato, dar legitimidade a suas escolhas ao inserir o evento numa série que contém outros eventos já legitimados.

O livro do MEC

Vejam os casos do didático *Por uma Vida Melhor* (coleção “Viver, aprender”, organizado pela ONG Ação Educativa, editado pela Global), de Heloisa Ramos, Cláudio Bazzoni e Mirella Laruccia Cleto. Ele era adotado em 4.236 escolas públicas para jovens e adultos em 2011. Foi distribuído pelo Programa Nacional do Livro Didático, do MEC, a 485 mil alunos, de um universo de 4,2 milhões de adultos e jovens em alfabetização, uma parcela dos 31 milhões de alunos do fundamental, segundo o censo escolar 2010.

É então que uma reportagem de um portal ganhou repercussão “viral” em maio de 2011, que atingiu até o *Jornal Nacional*, da Globo. Todos acusaram o livro de defender a variante popular, incorreta, do idioma, e dizer que a norma culta não devia ser ensinada.

O episódio mostra duas lógicas de investigação em conflito. A Abralin e linguistas de todo país saíram em defesa da obra. O livro seguia os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), de 1997. Defendia o uso da norma culta nas situações em que ela for exigida, e de outras variantes, de acordo com o contexto. Não dizia que é correto falar errado, mas que cada padrão exigido numa situação comunicativa tem formas adequadas e inadequadas de expressão. Se o aluno toma consciência do modo como fala, tem melhor condição de se apropriar da regra necessária para usá-la quando necessário. Se falasse com parentes, talvez nem precisasse flexionar todas as palavras, mas se pedisse um emprego, teria de esforçar-se para falar de acordo com o padrão necessário, para mostrar ao empregador que a domina.

O primeiro erro da repercussão do caso foi a descontextualização. Quase toda a imprensa destacou dois trechos de uma única página e deu a eles uma interpretação possível, mas que não cabia, considerado o texto inteiro. Um desses trechos responde “pode” à pergunta se se pode dizer “Os menino pegam o peixe”. “Pode” foi lida como se a forma devesse ser ensinada na escola, quando é apenas apresentada rapidamente na obra.

O outro trecho selecionado foi:

“Posso falar ‘os livro’? Claro que pode, mas dependendo da situação, a pessoa pode ser vítima de preconceito linguístico”.

Foram erros de seleção, e tudo piorou porque a seleção foi tendenciosa: no livro, está escrito que a escola deve ensinar a norma culta, uma passagem esquecida pela imprensa. O “pode” como resposta à pergunta se se pode dizer “Os menino pegam o peixe” deveria ser lido como uma constatação.

Na revista **Língua**, em casos assim, sempre peço “ajuda aos universitários”. Sírio Possenti, da Unicamp, sugeriu que, se os autores tivessem escrito “muitos dizem” em lugar de “pode” talvez todo o livro não tivesse sido lido tão grosseiramente.

José Luiz Fiorin, da USP, avaliou que a resposta à pergunta “Mas posso dizer ‘os livro?’” poderia não ser “É claro que pode”, mas “Pode, dependendo do tipo de texto que você estiver escrevendo”. Do jeito que está a resposta, se tirada do contexto (como de fato foi), pode-se concluir que os autores dizem que a exigência da norma culta é sempre preconceituosa, o que não é verdade nem foi a intenção dos autores. Os primeiros períodos do último parágrafo contradizem a ideia que vem a seguir de que há adequação e inadequação.

Contra a ignorância e o mal-entendido, todo cuidado é pouco. O texto não foi bem redigido a ponto de ser ele mesmo antídoto para os ataques do mal-entendido. A imprensa, já mal formada nos bancos escolares da infância, aumentou a confusão, pois ela procurou o que considerou atores legítimos para repercutir o caso, como Academia Brasileira de Letras, ex-ministros de Educação e políticos de oposição.

O gramático Ataliba de Castilho, da USP, diz que leituras desfocadas são comuns diante de obras do gênero. Um dia, um internauta desancou sua *Nova Gramática do Português Brasileiro*, porque a obra menciona a necessidade de conhecermos a variante popular, e o cara entendeu que Ataliba estava dizendo que tudo aquilo agora é “norma”.

O problema é que manipulações e distorções podem ser mais facilitadas ou menos facilitadas pela própria vítima. Dada a facilidade com que o tema é mal interpretado, os linguistas devem redobrar o cuidado na abordagem.

Conclusão

O caso não mostrou duas lógicas de investigação em conflito uma com a outra. Mostrou lógicas de investigação em conflito com suas próprias premissas.

Ambas talvez tivessem se saído melhor se adotassem procedimentos elementares de seus próprios princípios de investigação. Não quero dizer com isso que os linguistas erraram tanto quanto os jornalistas que cobriram o caso do “livro do MEC”. Eles foram, sim, vítimas da mídia. Mas o esforço por diminuir ruídos deve vir de jornalistas, e também dos cientistas. Pois, quando *os peixe* não dão mole, o pescador não consegue fisgá-los com facilidade.

Todos têm de adotar suas regras de segurança antes de a confusão ser formada. Porque a relação entre jornalistas e cientistas sempre é passível de ruídos danosos para os dois lados. Um dos motivos talvez seja o fato de que cada um adota um procedimento de investigação que soa incompreensível ao outro.

Há dez anos, **Língua** faz divulgação científica e faz jornalismo. Nesse tempo, toda vez que presenciei ou li um fórum sobre divulgação científica, a discussão partiu do foco do cientista preocupado com as deturpações inevitáveis do jornalismo ao simplificar procedimentos, teorias e conceitos complexos da linguística. Em geral, os linguistas têm razão. Porque a deturpação existe.

O problema é que divulgação científica é via de mão dupla. Dada a exigência institucional da produção científica e dos deveres acadêmicos nas universidades

brasileiras, muita gente se vê obrigada a dar exclusividade ao diálogo em seu ambiente profissional. A impressão de quem está de fora é que talvez isso tenha criado uma anomalia.

É comum ver cientistas e acadêmicos que sabem se comunicar só com seus pares. Quando tentam discutir seus assuntos com outros públicos, muitos perdem a mão. Uns dão explicações tatibitati pois imaginam o leigo como um ser infantil, a quem se tem de falar em nível rasteiro, porque incapaz de alcançar os voos intelectuais da especialidade. Outros ligam o piloto automático e vomitam o hermetismo técnico, assumindo a posição de que, se o outro não me entende, ele que estude para chegar ao meu nível. A maioria simplesmente é prolixa, cheia de jargão e supõe conhecimentos por parte do interlocutor que são elementares em seu meio, mas podem ser misteriosos para todos os demais. Só há uma coisa com que todos concordam: serão deturpados pelo jornalista.

Aprendi muito convivendo e lendo cientistas da linguagem. Os melhores foram os que me ensinaram a perceber o quanto podemos olhar de modo diferente o mundo se deixarmos o entendimento sobre a linguagem nos ajudar. Muito da nossa surpresa diante da vida está nas grandes descobertas contidas nas pequenas coisas ou formatos, na elegância de um estudo, nas conexões de raciocínio, na grandeza contida numa mera frase ou palavra. É o caso particular que traduz a lógica de um mundo inteiro. Ou o inesperado que só não se esperava porque não se olhou com a devida atenção.

Para mim, essa foi a lição que aprendi com a linguística brasileira, a lição que acredito que o jornalismo deve aprender com os linguistas. Numa época em que todos somos chamados a interagir em múltiplos campos de relação, físicos e virtuais, gostaria muito que os acadêmicos também aprendessem com o jornalismo as melhores de suas lições, não percebessem sua existência apenas quando ele mostra seus maiores defeitos.

Recebido para publicação em 08-02-15; aceito em 07-03-15